

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 990.549 - SP
(2016/0255552-5)**

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : N I Y
ADVOGADOS : PAULO HOFFMAN - SP116325
MARCIA CRISTINA SILVA DE LIMA E OUTRO(S) - SP173786
AGRAVADO : M Y
AGRAVADO : Y Y
AGRAVADO : R Y
AGRAVADO : M C D E L Y
AGRAVADO : E T Y
AGRAVADO : V S T Y
AGRAVADO : M K Y
AGRAVADO : A A S
AGRAVADO : Y Y H
AGRAVADO : C G N H
AGRAVADO : L T Y D O S S
AGRAVADO : G C D O S S
AGRAVADO : L M Y U
AGRAVADO : D U
AGRAVADO : H Y
AGRAVADO : R D Y
AGRAVADO : Y Y
AGRAVADO : R Y T
AGRAVADO : M E Y
AGRAVADO : M Y
AGRAVADO : E C Y
ADVOGADO : VANIOLE DE FATIMA MORETTI FORTIN ARANTES E
OUTRO(S) - SP062034

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. TEMPESTIVIDADE DO RECURSO. RECESSO FORENSE. COMPROVAÇÃO POSTERIOR. POSSIBILIDADE. DECISÃO AGRAVADA RECONSIDERADA. MÉRITO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE ATO JURÍDICO. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA. REEXAME DE PROVA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. TRIBUNAL A *QUO* CONCLUIU PELA VALIDADE DO ATO JURÍDICO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ. MATÉRIA RELATIVA AO ESTATUTO DO IDOSO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. AGRAVO INTERNO PROVIDO. NOVO JULGAMENTO. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

1. Para os recursos interpostos sob a égide do Código de Processo Civil de 1973, permanece hígido o entendimento proclamado pela Corte Especial do STJ, no julgamento do AgRg no AREsp 137.141/SE, ocorrido em 19/09/2012, de que a comprovação da tempestividade do recurso, em decorrência de feriado local ou de suspensão de expediente forense no Tribunal de origem que implique prorrogação do termo final para sua interposição, pode ocorrer posteriormente, em sede de agravo interno, conforme ocorreu no caso dos autos. Com isso, reconsidera-se a decisão agravada.
2. É entendimento pacífico desta eg. Corte Superior de que o mero julgamento antecipado da lide não gera cerceamento de defesa, e que a análise acerca da suficiência de provas nos autos demandaria revolvimento fático-probatório, providência incompatível com o apelo especial, conforme Súmula 7/STJ.
3. Inexiste violação do art. 535 do CPC/73 quando o eg. Tribunal local analisou os pontos essenciais ao deslinde da controvérsia, dando-lhes robusta e devida fundamentação.
4. O Tribunal *a quo*, mediante análise soberana das provas existentes nos autos, concluiu pela validade do ato jurídico de cessão de direitos. A pretensão de alterar entendimento demandaria reexame de matéria fático-probatória, o que é inviável em sede de recurso especial, conforme preceitua a Súmula 7/STJ.
5. Fica inviabilizado o conhecimento de tema trazido no recurso especial, mas não debatido e decidido nas instâncias ordinárias, tampouco alvo dos embargos de declaração opostos, para sanar eventual omissão, porquanto ausente o indispensável prequestionamento. Aplicação, por analogia, das Súmulas 282 e 356 do STF.
6. Agravo interno provido para reconsiderar a decisão ora agravada e, em novo julgamento, conhecer do agravo para negar provimento ao recurso especial.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, dar provimento ao agravo interno para reconsiderar a decisão ora agravada e, em novo julgamento, conhecer do agravo para negar provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira (Presidente), Marco Buzzi e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 28 de maio de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator